

Novo modelo para o setor elétrico

LUIZ OSWALDO NORRIS ARANHA *

O setor elétrico brasileiro instalou-se pela iniciativa de empresários privados nacionais, produzindo energia para suas fábricas, enquanto a iluminação pública era a gás. Desde o fim do século passado, passou por processo de desnacionalização, transferindo-se as concessionárias para grupos estrangeiros, sobretudo ingleses. Com o Código de Águas, na década de 30, limitaram-se os lucros e o sistema entrou em decadência, terminando por sua estatização, a partir da Hidrelétrica de São Francisco, a Cemig e Furnas. Tanto com os estrangeiros, como durante o período estatal, a eletricidade no Brasil foi fornecida eficazmente e é o serviço público com maior grau de atendimento domiciliar.

Essa eficácia talvez explique-se pelo fato de predominarem as hidrelétricas, com prazo de construção da ordem de cinco anos ou mais, o que exige cuidadoso planejamento setorial. Mas houve crises como, por exemplo, na década de 60, com o racionamento de energia, renunciando-se então a decadência das empresas de capital estrangeiro. E agora antevêm-se problemas sérios para o fim de século, pois as estatais reduziram drasticamente seus investimentos e a economia voltou a crescer. Também do lado da produtividade e da eficiência, há reparos a fazer, pois a qualidade do serviço é hoje aquém do que se demanda nas grandes cidades e os custos além do razoável.

Qualquer setor precisa oxigenar-se e o

elétrico não é exceção. O setor privado estrangeiro exauriu-se e deu-se a estatização. Agora, esse modelo também foi ultrapassado e cabe reformulá-lo. Em busca de soluções modernas, deve-se cotejar o que foi realizado em outros países, como a Inglaterra, o Chile e a Argentina, para citar os três mais evidentes. Mas nunca sem esquecer que as características brasileiras são especiais, a se destacar a predominância da hidreletricidade e o crescimento do consumo a taxas muito elevadas. Juntando-se isso tudo, é possível esboçar propostas inteligentes e o Ministério das Minas e Energia abraçou a tarefa, com a colaboração de consórcio de consultores estrangeiros e nacionais, misturando as culturas.

Cabe assinalar que o setor elétrico é heterogêneo em sua morfologia, pois a geração assemelha-se a uma atividade industrial e funciona muito bem dentro do modelo competitivo, enquanto a distribuição é típico serviço público, com todas as características do monopólio natural. Esta deve — e assim prevê a Constituição — estar submetida ao Poder Público que a transfere para o setor privado, através do regime de concessão. No meio, entre elas, existe o sistema de transmissão que interliga a geração com a distribuição, mas também é vital para a racionalização e conseqüente economicidade. Esse sistema, no Brasil, é de particular relevância, a se considerar a predominância da hidreletricidade e a relevância em se otimizar a operação dos reservatórios de água.

Considerando-se essa prevalência das

usinas hidrelétricas, os investimentos em geração são muito maiores e o prazo de maturação mais elevado. Por outro lado, as distâncias estão aumentando, quando se busca energia na Amazônia, ao lado de que se revelam os demais usos para a água e os aspectos ambientais. Um sistema hidrelétrico é bem mais completo que seu concorrente térmico, o qual serviu de base na montagem de modelos da maioria dos países que reformularam seu setor elétrico. Embora haja algumas semelhanças com o Canadá e a Noruega, ainda assim o sistema brasileiro é *sui generis*, o que reforça a idéia de se associarem consultores estrangeiros e nacionais na sua reformulação.

O estudo em realização pelo governo está em fase adiantada e busca estabelecer o "marco regulatório" do setor elétrico brasileiro, sem o que, na medida em que o modelo em vigor está superado, cria-se grave risco de racionamento nos próximos cinco anos. Mas, dada a complexidade do problema, deve-se atrair a participação dos diversos agentes interessados, como empresas de engenharia e de construção civil, indústria de equipamentos, grandes consumidores, representantes de classe e de comunidades, investidores e entidades financeiras, além dos atuais concessionários. O novo modelo deve ser definitivo, pelo menos por algumas décadas, contemplando as necessidades da sociedade civil, dentro de autêntico processo democrático.

* Presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas, ex-presidente da Light

INSTITUTO	
SOCIOAMBIENTAL	
	
Documentação	
Fonte	JB
Data	6/12/96 Pg 11
Class.	00